



REDE

Plataforma Sociedade Civil e Prisões



Plataforma Sociedade Civil e Prisões

Maio 2020

Enquadramento

Em Portugal existem 49 prisões e uma população prisional de 12 847 pessoas presas (a 15 de janeiro 2020), das quais são identificadas 93% do sexo masculino e 7% do sexo feminino, não existindo dados sobre a percentagem de pessoas trans. Historicamente as pessoas presas, as suas famílias e os profissionais do sistema prisional têm sido invisibilizados socialmente. Os muros da prisão transmitem uma falsa sensação de segurança coletiva, mas os problemas que levam as pessoas à prisão não são resolvidos.

Há muito a fazer e têm emergido diversas organizações não governamentais cujos objetivos centram a sua atuação em muitas áreas, como a organização das pessoas presas e suas famílias, a formação dos/as profissionais dos serviços prisionais e reinserção, na promoção de um projecto de vida de pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado, a recolha de denúncias sobre violações dos direitos humanos, a oferta de solidariedade de inspiração religiosa ou não, a crítica ao sistema penitenciário, a crítica ao sistema jurídico-penal, a investigação/estudo sobre prisões, a intervenção social-artística em meio prisional, a educação formal e não-formal dirigida a pessoas presas, e outras. Contudo, historicamente, a organização coletiva das mais diversas entidades caracteriza-se pela falta de diálogo entre si, falta de trabalho em parceria e em rede, o que minimiza o impacto do muito trabalho e empenhos envolvidos.

As perspetivas de trabalho são muitas, diversas e plurais, até mesmo distintas. Não obstante as perspetivas e abordagens serem diferentes, é muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa, muito mais o que temos a ganhar se nos conhecermos do que o actual isolamento e dispersão entre as organizações e pessoas que intervêm no sistema prisional. Pelo que é tempo de abrir um espaço de diálogo plural, da sociedade civil, sobre o estado e o significado das prisões, das pessoas presas e do sistema jurídico-penal em Portugal, tal como foi a prática que esteve na origem da reforma penitenciária na Noruega, cujos frutos podem ser observados.

Proposta

A Plataforma Sociedade Civil e Prisões (doravante designada por Plataforma), pretende ser um espaço interorganizacional de cultura colaborativa entre as diversas organizações da sociedade civil, projetos e pessoas com intervenção sobre e/ou nas prisões, incluindo instituições públicas e privadas que possam e queiram colaborar nas actividades da Plataforma.. A Plataforma será um ponto de encontro aberto a quem queira participar de boa fé com vista a promover a partilha de informação (por ex: estudos, financiamentos, legislação...), o trabalho em rede entre as diversas adesões (por ex: criação de grupos de trabalho temáticos e realização de 1 fórum anual de debate) e contribuir para a sensibilização através da mudança de perceções estereotipadas sobre

as pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado, suas famílias e profissionais do sistema prisional.

Porquê uma Plataforma Sociedade Civil e Prisões?

- Porque é necessário construir sinergias capazes de contribuir para a reflexão das políticas penitenciárias em Portugal, focadas na promoção dos direitos humanos;
- Porque é necessário criar um espaço comum às organizações, projetos e pessoas que promovem iniciativas nas e/ou sobre prisões;
- Porque é necessário unir esforços na persecução de objetivos comuns;
- Porque é necessário combater o estigma social associado às pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado e suas famílias, aos/às profissionais do sistema prisional, reproduzido pelas instituições, comunidades e pessoas comuns;
- Porque é necessário desenvolver mecanismos de cooperação que permitam uma intervenção integrada e devidamente articulada entre as entidades que intervêm em contexto prisional e/ou sobre prisões.

A plataforma é uma rede informal sem personalidade jurídica cuja adesão depende da manifestação de vontade das organizações, projetos e/ou pessoas interessados/as e da boa fé com que colaboram com as finalidades acima mencionadas. A dinamização da plataforma não é realizada por nenhuma das organizações aderentes, mas sim por um grupo de pessoas facilitadoras e disponíveis e capazes de mobilizar as organizações aderentes com vista à prossecução dos objetivos definidos pela missão, valores e princípios da Plataforma.

Destinatárias

1. Organizações da sociedade civil, projetos e pessoas com intervenção nas e/ou sobre prisões (nomeadamente, pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado, familiares e profissionais do sistema prisional).
2. Outras entidades públicas e privadas com intervenção nas e/ou sobre prisões.

Missão

A Plataforma tem por missão contribuir para melhorar e potenciar o trabalho interorganizacional e em rede das entidades, projetos e pessoas aderentes por forma a promover uma maior eficiência do sistema prisional e jurídico-penal, bem como contribuir para a reintegração e a desconstrução de estereótipos sobre as pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado, suas famílias e profissionais do sistema prisional.

Valores

Os princípios da plataforma são os seguintes:

1. Promoção da Cidadania Solidária e responsável
2. Promoção da Cooperação Interorganizacional
3. Promoção da Igualdade e da Não Discriminação
4. Promoção da Justiça e Transformação
5. Promoção da Liberdade em Segurança
6. Promoção da Transparência do Sistema prisional
7. Promoção dos Direitos Humanos das pessoas presas

Princípios e Fundamentos

- **Transformação** de vidas de pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado e suas famílias.
- **Promoção** de uma **cultura interorganizacional e colaborativa** de organizações, projetos e pessoas com intervenção nas e/ou sobre prisões.
- **Desconstrução de estereótipos** sobre as pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado, suas famílias e profissionais do sistema prisional.
- **Promoção de um espaço aberto à participação** de pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado, suas famílias e profissionais do sistema prisional.

Objetivo geral

Criar uma Plataforma promovida pela sociedade civil com intervenção nas e/ou sobre prisões, através da mobilização das diversas entidades, projetos e/ou pessoas com intervenção em ou sobre prisões e no apoio pós prisional, junto de pessoas privadas da liberdade actualmente ou no passado, suas famílias, profissionais do sistema prisional e/ou do sistema jurídico-penal e dos/as cidadãos/ãs em geral.

Objetivos Específicos

1. Criar um guia de recursos online que agrega e centraliza a informação e o trabalho realizado pelas as diversas organizações e projetos aderentes da Plataforma;
2. Dinamizar uma rede informal de cooperação e parceria interorganizacional;
3. Realizar 1 fórum anual de debate.

Atividades vs Objetivos Específicos

Objetivo específico 1 - Criar um guia de recursos online que agrega e centraliza a informação e o trabalho realizado pelas as diversas organizações e projetos aderentes da Plataforma

O guia de recursos está em permanente atualização, ou seja, qualquer organização e projeto, desde que em consonância com os objetivos, missão e valores da plataforma, poderá solicitar adesão. O guia de recursos é de acesso público e ficará acessível a quaisquer pessoas com interesse na área temática em causa.

As atividades relativas à operacionalização do objetivo específico 1 são:

1. Identificar e enviar convites de adesão à Plataforma;
2. Identificar um espaço online gratuito capaz de alojar informação relativa a cada uma das organizações e projetos aderentes;
3. Definir as variáveis de informação a recolher de cada uma das organizações e projetos aderentes:
 - a. Logotipo, contactos, morada, site, redes sociais e breve descrição – Deve ser criado um formulário de preenchimento para recolha dessa informação;
4. Definir categorias de separadores a incluir no guia de recursos:
 - a. Organizações e projetos Aderentes, Organismos Públicos (ex: DGRSP, Provedoria de Justiça, Inspeção Geral dos Serviços de Justiça do Ministério da Justiça, Entidade Nacional de Prevenção da Tortura, Comissão Nacional de Direitos Humanos, entre outras) e Recursos (ex: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Regras Penitenciárias Europeias, Regras de Bangkok, Regulamento Geral dos Serviços Prisionais, entre outras);
5. Criar e disseminar o guia de recursos.

Objetivo específico 2 - Dinamizar uma rede informal de cooperação e parceria interorganizacional

As atividades relativas à operacionalização do objetivo específico 2 são:

1. Criar e partilhar uma lista de contactos das organizações, projetos e pessoas aderentes;
2. Criar um vídeo de apresentação, no máximo de 1 minuto, de cada uma das pessoas participantes na plataforma, que ficará disponível no guia de recursos (objetivo específico 1);
3. Criar grupos de trabalho, que podem ser da iniciativa de qualquer uma das entidades ou pessoas aderentes da Plataforma, sobre áreas temáticas específicas (por ex: legislação jurídico-penal, voluntariado, prisões e familiares, políticas públicas de reinserção social, elaboração de propostas e projetos conjuntas, entre outras);
4. Dinamizar atividades regulares de debate e reflexão conjunta sobre o sistema prisional. Ex.: programa semanal em streaming nas redes sociais, em fóruns digitais;
5. Difundir o trabalho realizado.

6. Mobilizar entidades não governamentais, pessoas e entidades públicas ou privadas com intervenção nas e/ou sobre prisões;
7. Promover entre as diversas entidades, sinergias e parcerias para a criação de projetos conjuntos.

Objetivo específico 3 - Realizar 1 fórum anual de debate

As atividades relativas à operacionalização do objetivo específico 3 são:

1. Planear e definir as condições logísticas, financeiras e recursos humanos para a realização do 1º fórum nacional de debate sobre prisões em Portugal, capaz de se tornar uma actividade regular e de interesse público.

Apresentação Online

Poderá aceder a uma apresentação da criação da Plataforma [AQUI](#).

Proponentes

Carlos Rato – Diretor da Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR)

Duarte Fonseca - Diretor Executivo da APAC Portugal

Filomena Espirito Santo – Assistente Social e Coordenadora Nacional Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) do Programa revive+ e Formação Modular - Estado Puro

Jorge Silva – Coordenador do programa “A Viagem do Prisioneiro” – Prison Fellowship International e Ministro de Culto

Ricardo Loureiro – Sociólogo no Observatório Europeu das Prisões e responsável pela área social do projeto Lado P no EP de Caxias

Ronald Babb – Vice Presidente da CONFIAR - Prison Fellowship Portugal

Tiago Costa – Coordenador do voluntariado na Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)

Vera Silva - Antropóloga e investigadora colaboradora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia e do Observatório Europeu das Prisões. Voluntária em projecto com mulheres presas no EP de Sta Cruz do Bispo e no Núcleo de Intervenção Infanto-juvenil do projecto Trampolim EG7 em Coimbra